

Capítulo 1 - A trajetória da Rede de Agroecologia do Leste Paulista

Francisco Miguel Corrales
Joel Leandro de Queiroga
Cristina Criscuolo
Jefferson Rodrigo Cantelli

Diante da gravidade dos impactos socioambientais originados pelo modelo hegemônico da agricultura praticada em escala global, emerge o movimento que estabelece novos parâmetros nos modos de produção, distribuição e consumo de alimentos. Portador de mudanças já perceptíveis na agricultura mundial, assume compromissos alinhados simultaneamente à produção de alimentos saudáveis, conservação dos recursos naturais, geração de renda e promoção da justiça social no campo.

A agroecologia dispõe de princípios, abordagens teórico-metodológicas e itinerários tecnológicos que viabilizam novos estilos de agricultura, mais amigáveis com a natureza, com os seres que nela habitam. Seus referenciais oferecem apoio a processos de transição dos atuais modelos de agricultura convencional para padrões de desenvolvimento rural e agriculturas sustentáveis (Caporal; Costabeber, 2000).

O enfoque agroecológico transcende a mera concepção de um modelo de agricultura, de adoção de determinadas práticas e tecnologias agrícolas. É entendido como a inserção da dimensão da ecologia aos sistemas de produção agropecuário, com o propósito de incorporar contribuições das ciências naturais e sociais, numa lógica integradora e mais abrangente do que aquelas tratadas em disciplinas isoladas.

A agroecologia é campo de conhecimento transdisciplinar, que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, além disso, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, assim como dos demais recursos naturais e meios de vida. (Marco..., 2006, p. 26).

Pelas suas características adaptadas à produção diversificada de alimentos, os sistemas de produção com base na agricultura familiar são os que prontamente se adequam aos princípios e dimensões da agroecologia. Pelo fato de representar o segmento social melhor adaptado à adoção de sistemas de produção biodiversos e gerador de distribuição de renda no campo, a agricultura familiar tem papel de destaque em processos promotores da transição agroecológica nos territórios rurais.

O conceito de “agricultura familiar” como uma categoria de agricultores está em constante evolução no Brasil. Segundo Altafin (2007), a agricultura familiar não é propriamente um termo novo. Com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, ao longo do tempo a denominação “agricultura familiar” adquiriu novas significações. Assim, quando o poder público implementa uma política federal voltada a essa categoria, tal como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ou a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006), a opção adotada para delimitá-la nesses documentos foi o uso “operacional” ou “normativo” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo.

A agricultura familiar apresenta características peculiares que a diferencia das demais categorias sociais do campo. De acordo com Fiori (2016), os seus principais aspectos estão associados ao tempo de permanência no campo, em atividades agropecuárias, de ao menos duas gerações; à autonomia na gestão do estabelecimento rural; à força de trabalho predominantemente familiar, havendo contratação de trabalho apenas de modo temporário e; possuir área máxima de 100 hectares.

No meio acadêmico encontramos diversas reflexões e vertentes sobre o conceito de agricultura familiar, que propõem um tratamento mais analítico e menos operacional do termo. Nesta publicação adotaremos a interpretação que associa a agricultura familiar brasileira a um conceito em evolução, com significativas raízes históricas. De acordo com Wanderley (2003, p. 47-48), “os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade”, pelo fato de estarem inseridos numa economia de mercado e sob influências da sociedade englobante.

Ao contrário dos modos de produção empresarial, a agricultura familiar “contemporânea” (mesmo que adaptada às condições modernas do mercado capitalista) conserva suas raízes camponesas e se reproduz socialmente a partir do emprego de seu trabalho e de seus conhecimentos na valorização dos potenciais ecológicos e socioculturais locais. Trata-se de um modo de produção multifuncional, que além da atribuição essencial de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, molda estilos de desenvolvimento rural, que mantêm relações positivas com os ecossistemas; estimula a criação de empregos estáveis e dignos; oferece dinamismo às economias regionais, por meio da diversificação de atividades produtivas; e adapta-se com flexibilidade às mudanças de contextos climáticos, econômicos e socioculturais. Portanto, a agricultura familiar induz processos sustentáveis de desenvolvimento social, econômico e ambiental (Petersen, 2009), alinhados aos princípios da agroecologia.

O fortalecimento da agricultura familiar está contemplado nas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme consta na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). É considerada como elemento essencial de combate à fome, para a garantia da segurança alimentar e promoção da agricultura sustentável. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) declarou em 2018 sua intenção em aumentar a escala de sistemas de produção baseados na agroecologia e reconheceu seu papel na agenda 2030 como elemento chave para a implantação dos ODS e, em particular, dos objetivos nutricionais, de saúde e ambientais (FAO, 2021).

No Brasil, a mobilização da sociedade civil por uma agricultura orientada pelos princípios agroecológicos resultou em reivindicações junto ao poder público, tendo dentre as suas contribuições a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica - Pnapo (Brasil, 2012). A Pnapo define as diretrizes e ações indutoras da transição agroecológica, entendida como:

[...] um processo gradual de mudança de práticas e de manejos de agroecossistemas tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. (Brasil, 2012, artigo 2º, parágrafo 4º).

Para oferecer a operacionalidade necessária às propostas estabelecidas pela Pnapo foi elaborado, analisado e aprovado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Nos dois períodos de sua vigência, o Planapo I entre 2013 e 2015 (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, 2013) e o Planapo II entre 2016 e 2019 (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, 2016-2019) apresentaram diretrizes, objetivos, metas e estratégias a serem atendidas para a sua implementação. No enfoque das Redes de Agroecologia, podem ser destacados as seguintes estratégias:

- Priorização de esforços voltados à agricultura familiar, principal segmento social responsável pela produção de alimentos ao consumo da população brasileira.
- Promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável.
- Valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade.
- Levantamento territorial de experiências e demandas potenciais de agricultores em conhecimentos e tecnologias de base agroecológica.
- Capacitação de agricultores, extensionistas, acadêmicos e pesquisadores em conceitos, políticas públicas e tecnologias promotoras da agricultura de base ecológica.
- Ações em redes territoriais de agroecologia.

No Planapo a abordagem territorial é considerada essencial ao fortalecimento da agroecologia, pelas suas contribuições como catalisadora do desenvolvimento local nos aspectos econômicos, ambientais e socioculturais. Tanto os processos agroecológicos

como as suas contribuições ao desenvolvimento rural têm suas repercussões nos territórios rurais, resultante das interações sociais e do dinamismo da atuação dos indivíduos que neles vivem e o transformam. Outro aspecto presente de forma destacada nessa política pública é o apoio que oferece à estruturação e ao fortalecimento de redes territoriais de agroecologia. A implantação de redes de intercâmbio de conhecimentos em territórios rurais potencializa o fluxo de informações, os canais de comunicação, as dinâmicas sociais, as pesquisas agroecológicas, o resgate e o uso da agrobiodiversidade em escala local. Ações desencadeadas em formato de redes sociotécnicas fortalecem as iniciativas de transição agroecológica nos territórios, ao viabilizar a mobilização das comunidades em temas reconhecidos como prioritários e associados ao desenvolvimento sustentável.

A participação da Embrapa é citada de modo recorrente no Planapo. A instituição é chamada a incorporar a temática da agroecologia nos processos de formação e capacitação de seus quadros profissionais, assim como tratá-la na condição de tema estratégico em sua agenda corporativa. Destaca o papel fundamental da Embrapa na criação e gestão de processos de comunicação para a produção e disponibilização de conhecimentos em diversas mídias, na abordagem da agroecologia, sociobiodiversidade e produção orgânica. Também destaca a relevância de instrumentos orientadores dessa temática na Embrapa, fazendo referência à publicação “Marco Referencial em Agroecologia” (Marco..., 2006), com a recomendação da constante revisão e atualização do documento.

Lançado em 2013 pela Fundação Banco do Brasil, o programa Ecoforte constitui um dos instrumentos operacionais de adoção do Planapo. Tem por objetivo o fortalecimento e a ampliação das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica no Brasil. O programa Ecoforte é reconhecido como o principal instrumento de política pública de inovação da Pnapo ao apoiar (por meio de editais públicos) projetos formulados por redes de agroecologia a partir de demandas territoriais (Fundação Banco do Brasil; BNDES, 2014).

Para ampliar a visibilidade das experiências desenvolvidas no âmbito dessas redes foi lançado o edital de seleção pública nº 2014/005, com o propósito de promover a sistematização de experiências de redes territoriais de agroecologia distribuídas em todas as regiões do Brasil. A prática da sistematização é compreendida como um processo de autorreflexão dos vários atores envolvidos, como base para os debates relacionados ao fortalecimento da agroecologia nos territórios a partir de temas mobilizadores. Os aprendizados inspiraram também a formulação de propostas para a criação e o aprimoramento de programas e ações de políticas públicas.

Dentre as principais estratégias de intercâmbio de conhecimentos preconizados no programa Ecoforte, destaca-se a implantação de Unidades de Referência como categoria metodológica de apoio a processos de aprendizagem. São definidas como espaços de

demonstração de técnicas, processos, metodologias ou sistemas produtivos, com o propósito de promover eventos que possibilitem a troca e a disseminação de experiências.

A partir das diretrizes e recursos originários do programa Ecoforte foram analisadas e sistematizadas 25 experiências de redes regionais de agroecologia no Brasil (Schmitt et al., 2020, p. 32), com ênfase nos seguintes aspectos:

- O período de formação das redes de agroecologia selecionadas.
- Os grupos sociais envolvidos nos projetos das redes.
- O número de organizações, por categoria, que integram diretamente os projetos das redes.
- As conexões estabelecidas pelas redes financiadas pelo Programa Ecoforte com outras redes, instituições e espaços de participação social, considerando os diferentes tipos de vínculos.

Do conjunto das 25 redes de agroecologia sistematizadas, uma das avaliadas em sua dinâmica de interações locais foi a Rede de Agroecologia do Leste Paulista, também conhecida como “Rede Leste”. Os resultados revelaram aspectos de destaque da “Rede Leste”, em especial na inserção no mercado de produtos orgânicos: dentre todas as experiências analisadas, apresentou-se como a de maior diversidade de itens de produção agrícola, com cerca de 470 gêneros alimentícios cultivados comercialmente. Também constatou ser pioneira na implantação e gestão de Sistemas Participativos de Garantia (SPG) da Produção Orgânica no Brasil.

Ainda que a relevância da Rede de Agroecologia do Leste Paulista tenha sido parcialmente analisada nos esforços de sistematização de experiências promovidos pelo Programa Ecoforte, considera-se que análises permanentes das trajetórias percorridas devam ser continuadas, atualizadas e ampliadas. É necessário o entendimento constante das características e dinâmicas que ocorrem na Rede Leste, para ampliar as suas virtudes e identificar aspectos a serem aprimorados, de modo que essas reflexões permitam gerar novos aprendizados, para avanços internos e como inspiração a outras redes territoriais de agroecologia.

Origem da Rede de Agroecologia do Leste Paulista

O surgimento da Rede de Agroecologia no Leste Paulista ocorreu em consequência da percepção crescente da comunidade local quanto à necessidade de buscar novos estilos de agriculturas de base ecológica e de hábitos alimentares saudáveis na realidade local. A trajetória da Rede Leste teve início ao final da década de 1980 (Figura 1.1), a partir da mobilização de agricultoras(es) do Leste Paulista pioneiras(os) no processo de transição

agroecológica. Entenderam haver urgência em discutir os processos de comercialização, para viabilizar a expansão da produção e consumo de alimentos com base no que se chamava, naquele momento histórico, de “agricultura alternativa”.

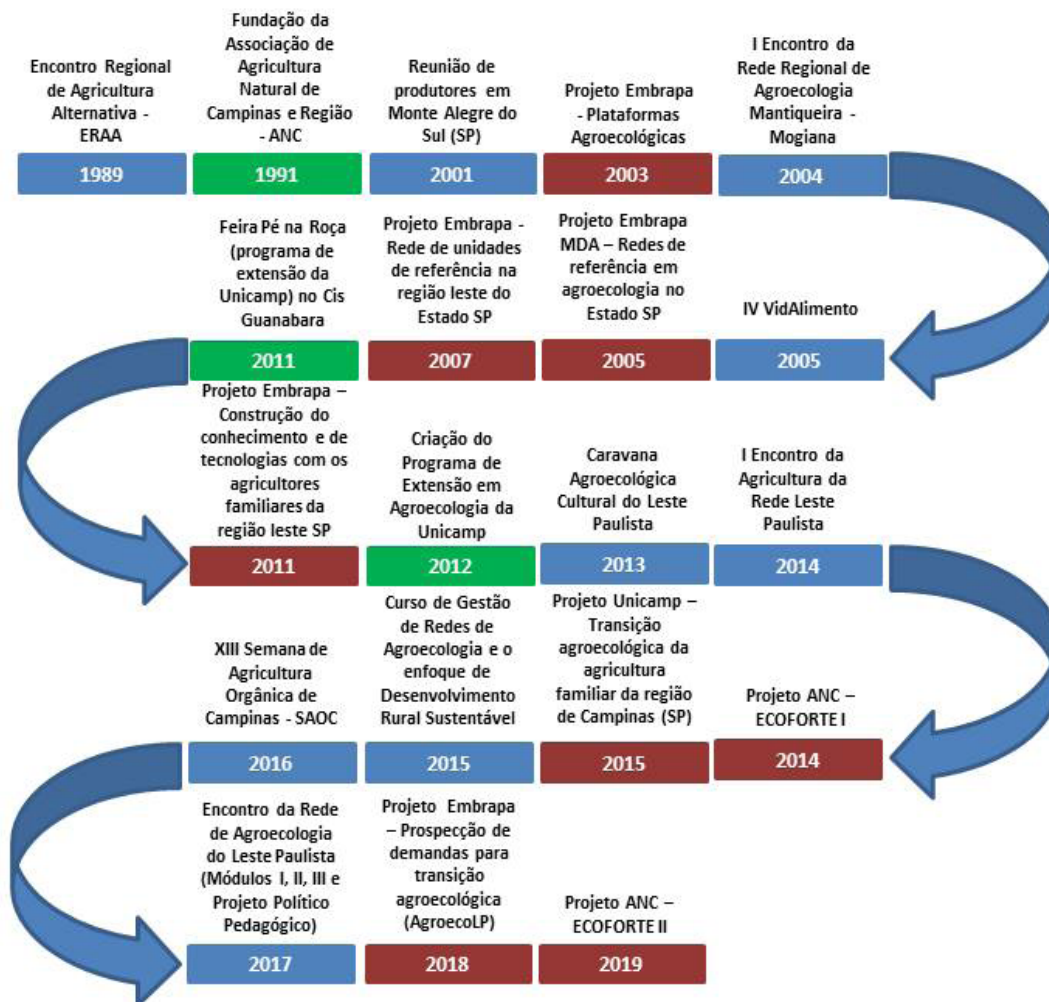


Figura 1.1. Linha do tempo com fatos históricos de destaque, ocorridos durante a formação e atuação da Rede de Agroecologia do Leste Paulista.¹

Nesse período foram constituídos os primeiros grupos organizados de agricultoras(es) de base ecológica no Leste Paulista, com a instalação de uma subsede regional da Associação de Agricultura Orgânica (AAO) no município de Amparo, SP. Na década de 2000 houve o crescimento do número de agricultoras(es) e instituições atuantes em agroecologia e produção orgânica na região, impulsionados pelas políticas públicas de incentivo a ações na temática, tendo início um ciclo vigoroso de articulações interinstitucionais da região, de

¹ Linha do tempo com informações extraídas do documento (não publicado) “Rede de Agroecologia do Leste Paulista – Encontros e Diálogos – Projeto Político Pedagógico”, elaborado e atualizado no período de 2018-2019, com base na sistematização de três encontros realizados em 2017, com a participação de membros do colegiado da Rede, tendo o propósito da construção de diretrizes no formato de Projeto Político-Pedagógico da Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

apresentações de propostas e aprovações de projetos em editais públicos nessa temática. Desde então, surgiram proposições e recursos para estudos e intercâmbios de experiências em agroecologia no território Leste Paulista.

Em espaços de trocas de experiências tais como Congressos Brasileiros de Agroecologia, cursos de graduação e de pós-graduação, assim como em atividades de demonstrações em campo, diversos segmentos sociais do Leste Paulista interessados em modelos de agricultura de base ecológica passam a ter acesso a referenciais teórico-metodológicos e a vivências em dias de campo, ampliando o conhecimento em agroecologia na região. Dentre os temas tratados nessa trajetória, destacaram-se: prospecção de demandas regionais; redes de propriedades rurais familiares demonstrativas em agroecologia; estratégias para construção de indicadores aplicados à avaliação de sustentabilidade e monitoramento de agroecossistemas; gestão participativa de territórios; criação e fortalecimento de canais de comunicação. A partir do conjunto dessas abordagens são oferecidos os elementos para pensar e estruturar ações locais de desenvolvimento rural referenciados na agroecologia, com destaque à intensa programação de dias de campo para conhecimento de experiências exitosas em transição agroecológica no Leste Paulista.

Na década de 2010 e início dos anos 2020, uma sequência de projetos foi aprovada em editais públicos, no esforço de manter o estímulo e a troca de conhecimentos em agroecologia. Esses trabalhos impulsionaram a prospecção de demandas e a análise crítica da trajetória percorrida pela Rede Leste, na perspectiva de proporcionar o seu aprimoramento.

Os projetos realizados nesse período contribuíram para aproximar coletivos representativos da agricultura familiar, assim como organizações governamentais e não governamentais atuantes em agroecologia em escala regional. A evolução dessa articulação resultou na atual configuração da Rede de Agroecologia do Leste Paulista². No início da trajetória da Rede Leste, a participação dessas instituições (especialmente as de ensino, pesquisa e extensão rural) ocorria a partir de iniciativas voluntárias individuais de seus profissionais. Ao longo do tempo, percebeu-se que a formalização das ações em projetos institucionais oferecia melhores condições para viabilizar a continuidade de suas participações nas

² Instituições integrantes da Rede de Agroecologia do Leste Paulista: Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - Apta, Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região - ANC, Associação de Proteção Ambiental Jaguatibaia, Associação dos Pequenos Produtores Rurais 12 de Outubro, Assentamento Rural Vergel, Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Assentamento Rural 20 de Novembro, Associação dos Produtores da Agricultura Urbana e Periurbana de Campinas e Região - Cio da Terra, Cooperativa da Agricultura Familiar e Agroecológica - Cooperacra, Cooperativa Cooperflora, Assentamento Rural Milton Santos, Cooperativa Entre Serras e Águas, Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente - Amater, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - Cati, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Esalq/USP, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Itesp, Instituto Ibá de Agroecologia - IBÁ, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IF, Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA, Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, Livres - Rede de Produtos do Bem, Núcleo de Vivência e Imersão Verde Esperança - Vive, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Universidade Estadual Paulista - Unesp e Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

atividades de fortalecimento da agroecologia no Leste Paulista. Constatamos, portanto, que as responsabilidades institucionais e pessoais resultantes da participação nesses projetos representaram elementos fundamentais para a superação de uma atuação informal e esporádica, para outra dimensão, de caráter permanente e formalizada.

Das iniciativas esporádicas às ações permanentes: a importância de projetos formais para o fortalecimento da Rede Leste

Mesmo antes de ser denominada “Rede de Agroecologia do Leste Paulista”, esse coletivo já se apresentava numa estrutura organizacional em formato de rede interinstitucional embrionária, construída a partir de relações interpessoais estabelecidas informalmente entre agricultoras(es) e profissionais de organizações governamentais e não governamentais atuantes no tema da agroecologia no Leste Paulista. Na sua origem, entre o final dos anos 1990 e início da década de 2000, essa articulação interinstitucional ocorreu primeiramente no entorno dos municípios de Monte Alegre do Sul, SP e de Jaguariúna, SP. O modelo de interação predominante caracterizava-se pela troca de experiências em assuntos considerados (mesmo sem uma prospecção sistematizada) de interesse da agricultura familiar local e especialmente com ênfase na comercialização da produção orgânica de alimentos.

A realização de eventos anuais como a “Feira VidAlimento”, ocorridos entre os anos de 2003 a 2008 no município de Pedreira, SP, constituíram fatores de extrema relevância para o início da integração de pessoas interessadas em processos de transição agroecológica no Leste Paulista. A VidAlimento representou um espaço privilegiado de comunicação entre agricultoras(es) e profissionais de instituições públicas de pesquisa agropecuária, ensino superior e extensão rural, para tratar da realidade local da produção orgânica e da agroecologia. Outro evento de destaque no histórico da Rede Leste foi a Semana de Agricultura Orgânica de Campinas, SP, realizada anualmente no período entre 2004 e 2016, a qual foi relevante para as articulações interpessoais e interinstitucionais na Rede Leste, ao permitir o fluxo de informações e conhecimentos que inspiraram a consolidação dessa rede sociotécnica de caráter regional.

Desde o início das atividades da Rede Leste foi perceptível a importância de formalizar os vínculos institucionais, que permitissem a participação contínua de parceiras(os) atuantes em organizações governamentais e não governamentais. Para viabilizar a gestão dos primeiros projetos em editais públicos houve a necessidade de realizar reuniões entre membros dessa articulação interinstitucional. Ainda sem periodicidade e estrutura organizacional definidas, nessas reuniões (Figura 1.2) eram compartilhadas informações dos projetos em andamento e agendas da agroecologia no Leste Paulista.



Foto: Giovana Garcia Fagundes

Figura 1.2. Reunião de parceiras(os) da Rede de Agroecologia do Leste Paulista, realizada na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) Regional de Monte Alegre do Sul, SP em 2007.

A aprovação dos projetos viabilizou a realização de estudos e trocas de experiências que impulsionaram mobilizações pela transição agroecológica do Leste Paulista. Já nos primeiros anos foi consolidada uma ampla agenda de dias de campo (Figuras 1.3 e 1.4) no Leste Paulista e de visitas a experiências exitosas no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado de São Paulo. De modo preponderante esses eventos ocorreram em Unidades de Referência Tecnológica em Agroecologia (Urtas), estruturadas a partir de planos de manejo elaborados com intensa participação da comunidade local (Figura 1.5), de modo a disponibilizar espaços de validação e divulgação de práticas coerentes com os princípios da agricultura sustentável.



Foto: Francisco Miguel Corrales

Figura 1.3. Dia de campo realizado no Sítio Duas Cachoeiras (Amparo, SP) em 2009.

Foto: Francisco Miguel Corrales



Figura 1.4. Intercâmbio de experiências realizado em 2007, com a participação de agricultoras(es) e extensionistas rurais do Leste Paulista. Visita à Unidade de Referência do projeto “Café com Floresta”, coordenada pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Assentamento Rural Tucano (Euclides da Cunha Paulista, SP), Pontal do Paranapanema.

Foto: João Carlos Canuto



Figura 1.5. Elaboração de plano de manejo em Unidade de Referência do Assentamento Rural Sumaré 1 (Sumaré, SP) em 2008.

O início do processo de formalização da Rede Leste em configurações de projetos ocorreu a partir do início dos anos 2000, por iniciativa da gestão da Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna, SP), ao propor a estruturação de uma plataforma de integração de redes regionais de agroecologia. A inserção de uma programação em agroecologia na Embrapa Meio Ambiente resultou no movimento crescente de ampliação de parcerias e gradual expansão do número de municípios abrangidos por essa articulação interinstitucional. Essa

institucionalização ampliou a capacidade de estabelecer agendas integradas de mobilizações com o intuito de conciliar a produção agrícola a ser realizada de modo compatível com a conservação dos recursos naturais, a geração de renda e a promoção de justiça social, com ênfase na agricultura familiar. Formou-se assim aquela que foi originalmente denominada Rede de Agroecologia Mantiqueira-Mogiana, passando a ser posteriormente nomeada Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

As condições possibilitadas pela gestão da Embrapa Meio Ambiente permitiram viabilizar a aprovação de projetos de caráter interinstitucional voltados ao fortalecimento da Rede de Agroecologia do Leste Paulista. Essa sequência de propostas aprovadas em editais públicos foi iniciada com o projeto submetido à chamada do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/Embrapa de 2004, sendo executado no período de 2005 a 2007, com o título “Redes de referência em agroecologia no estado de São Paulo: base para a disponibilização de tecnologias apropriadas à agricultura familiar”.

Na sequência, foram aprovados dois projetos em editais da Embrapa. O primeiro na chamada 03/2006, realizado no período de 2007 a 2010, com o título: “Transferência de conhecimentos e tecnologias de base agroecológica a partir da rede de unidades de referência na região Leste do estado de São Paulo”. O outro projeto, submetido e aprovado na chamada 06/2010, período 2011 a 2014, teve por título “Construção de conhecimentos e de tecnologias com os agricultores familiares da região Leste do estado de São Paulo”.

Apartir de políticas públicas de incentivo à agroecologia, outras organizações governamentais do Leste Paulista igualmente apresentaram propostas em editais públicos. No âmbito das instituições de ensino superior, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) aprovou projeto em edital nº 39/2014 MDA/CNPq, vigente no período de 2015 a 2016, tendo por título “Transição agroecológica da agricultura familiar na região de Campinas, SP: a práxis do ensino, pesquisa e extensão na Rede de Agroecologia da Unicamp”. O projeto teve por propósito apoiar a comercialização e a ampliação da adoção de tecnologias com base nos preceitos dos sistemas agroflorestais, com foco na agricultura familiar presente nos municípios da região de Campinas.

Também as Organizações Não Governamentais tiveram a possibilidade de coordenar projetos na temática da agroecologia. A Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), em parceria com outras instituições que compõem a Rede Leste, assumiu protagonismo ao elaborar e aprovar dois projetos com foco no fortalecimento de redes de agroecologia, em editais lançados pela Fundação Banco do Brasil: Ecoforte I – Leste Paulista e Ecoforte II – Leste Paulista. Foram realizados nos períodos de 2014 a 2016 e de 2018 a 2022, respectivamente, com recursos gerenciados pela ANC e apoio de parcerias locais. Os enfoques prioritários foram o aprimoramento de processos de comunicação na Rede

Leste por meios digitais (website), o investimento em unidades de produção de referência e capacitações realizadas junto a agricultoras(es) familiares e técnicos da extensão rural para o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica e da comercialização em Sistemas Participativos de Garantia fundamentados nos princípios da agricultura orgânica.

Ao final da década de 2010 é aprovado novo projeto (chamada Embrapa 05/2016) elaborado, gerenciado e implementado pela equipe de Agroecologia da Embrapa Meio Ambiente, em parceria com instituições integrantes da Secretaria Executiva da Rede de Agroecologia do Leste Paulista. Realizado no período 2018 a 2022, teve por título “Prospecção de demandas e intercâmbio de conhecimentos para a transição agroecológica da agricultura familiar no território Leste Paulista”, identificado também pela sigla AgroecoLP. Em continuação a propostas anteriores de promover o intercâmbio de experiências em Agroecologia no Leste Paulista, o projeto AgroecoLP atendeu a uma necessidade destacada nas avaliações de projetos anteriores em agroecologia no Leste Paulista (Corrales et al., 2018), e trouxe ênfase na identificação e priorização de demandas que pudessem fortalecer a agroecologia em municípios de abrangência dessa região.

Como demonstração do amadurecimento da Rede de Agroecologia do Leste Paulista, representada pela rotatividade de instituições proponentes de projetos que representem os legítimos interesses desse coletivo, foi apresentada e aprovada em 2022 proposta em edital conjunto nº 001/2022 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. O projeto teve por título “Produção de conhecimentos para o desenvolvimento rural sustentável: diagnóstico, sistematização e intercâmbios entre as Redes Agroecológicas do Leste Paulista e do Sul de Minas Gerais”. Com duração de 18 meses (agosto de 2022 a janeiro de 2024), propõe a continuidade dos trabalhos de prospecção de demandas, mapeamento e intercâmbio das experiências em agroecologia, de modo a promover a interação mais efetiva entre as microrregiões que compõem a Rede de Agroecologia do Leste Paulista, e desta com a vizinha Rede de Agroecologia do Sul de Minas Gerais.

Objetivos, operacionalidade e modelo de gestão organizacional da Rede Leste

O propósito central da Rede Leste é promover ações de geração e intercâmbio de conhecimentos que viabilizem estudos e o desenvolvimento de habilidades de incentivo à consolidação da agroecologia no Leste Paulista. As metodologias participativas adotadas nessas dimensões se expressam na criação de instâncias gerenciais e operacionais (Unidades de Referência Tecnológica em Agroecologia) enquanto espaços de construção e socialização de saberes no enfoque da pesquisa participativa, para respaldar processos educativos de promoção da agroecologia em escala familiar na região. O enfoque da pesquisa-ação que será detalhado no Capítulo 2, é um dos princípios essenciais para viabilização de redes sociotécnicas e tem sido permanentemente utilizado na construção

de relações simétricas, na partilha e nas tomadas de decisões colegiadas. Um processo em que a percepção da realidade, a construção e a troca de conhecimentos ocorreram de modo complementar e simultâneo.

Após os primeiros anos dessa articulação interinstitucional percebeu-se que a participação esporádica em reuniões entre parceiras(os) e eventos regionais não era suficiente para imprimir o ritmo necessário à consolidação da agroecologia local. Houve então a tomada de decisão pela escolha de uma estrutura organizacional e a formatação de uma programação anual que permitisse uma adequada gestão de projetos de redes sociotécnicas e no estabelecimento de agendas integradas.

Os enfoques dos projetos realizados no período de 2003 a 2022 tiveram em comum a adoção de metodologias que utilizaram instrumentos operacionais aplicados à prospecção de demandas, à elaboração de planos de trabalho temáticos (Figuras 1.6, 1.7 e 1.8), ao monitoramento de indicadores de sustentabilidade e às ações de intercâmbio de conhecimentos compatíveis com as prioridades estabelecidas. Especialmente nos projetos mais recentes ocorreram levantamentos de dados primários (enquetes feitas junto aos participantes da Rede) e secundários (censos agropecuários dos municípios do Leste Paulista), que permitiram sistematizar informações obtidas e definir demandas consideradas prioritárias aos processos locais de transição agroecológica. Os gargalos considerados mais relevantes foram abordados em grupos de trabalho temáticos que estruturam as suas ações a partir de planos de trabalho e de eventos de troca de experiências, de modo a proporcionar alternativas frente aos desafios identificados no processo de consolidação da agroecologia no Leste Paulista.



Foto: Cristina Criscuolo

Figura 1.6. Reunião do colegiado da Rede de Agroecologia do Leste Paulista ocorrida na Vila Yamaguishi, Jaguariúna, SP em 2017.

Foto: Cristina Criscuolo



Figura 1.7. Reunião do colegiado da Rede de Agroecologia do Leste Paulista ocorrida na Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri/Unicamp) em 2017.

Encontro da Rede de Agroecologia do Leste Paulista Módulo III – 12 de dezembro/17

O objetivo deste Encontro é construir com sua participação o Projeto Político Pedagógico da Rede. Para isso foram planejados 3 módulos de atividades:

- No Módulo I (realizado em 18/08/2017) trabalhamos a história e a identidade da Rede – QUEM SOMOS.?
- No Módulo II (realizado em 27/10/2017), discutimos os princípios e diretrizes da Rede – O QUE QUEREMOS.?
- E agora vem o **Módulo III vamos pensar sobre nossas ações coletivas na Rede - COMO VAMOS JUNTOS.?**



Data: 12/12/17 (terça-feira)
Horário: 8:30 às 17:00
Local: Sala EA21 (prédio III) – FEAGRI/ Unicamp
Localização: encurtador.com.br/gINS0
Inscrições: redegroeco.lp@gmail.com até 8/12





Realização:
Rede de Agroecologia do Leste Paulista

Apoio: CATI, EMBRAPA
APTA, Unicamp

Figura 1.8. Modelo de convite encaminhado aos membros da Rede Leste para encontro do Colegiado Gestor.

Com a formalização dessas ações em parcerias, progressivamente a Rede Leste evoluiu em direção a processos mais complexos e permanentes de interação, no âmbito de projetos interinstitucionais. A articulação necessária ao desenvolvimento dos projetos exigiu a definição de estratégias gerenciais que atendessem a necessidade de buscar novos formatos de arranjos institucionais para assegurar a operacionalidade desse coletivo.

A estrutura organizacional da Rede Leste (Figura 1.9) passou então a evoluir numa configuração que compreende, de modo integrado: colegiado gestor, Secretaria Executiva e núcleos microrregionais. Formados por representantes de instituições locais de agricultoras(es), pesquisa agropecuária, ensino universitário e extensão rural, são essas instâncias que viabilizam dinâmicas locais de fluxos de informação; prospecção e priorização de demandas; tomadas de decisão e implementação de ações específicas nas escalas microrregionais ou transversais a todos os municípios de abrangência do Leste Paulista.

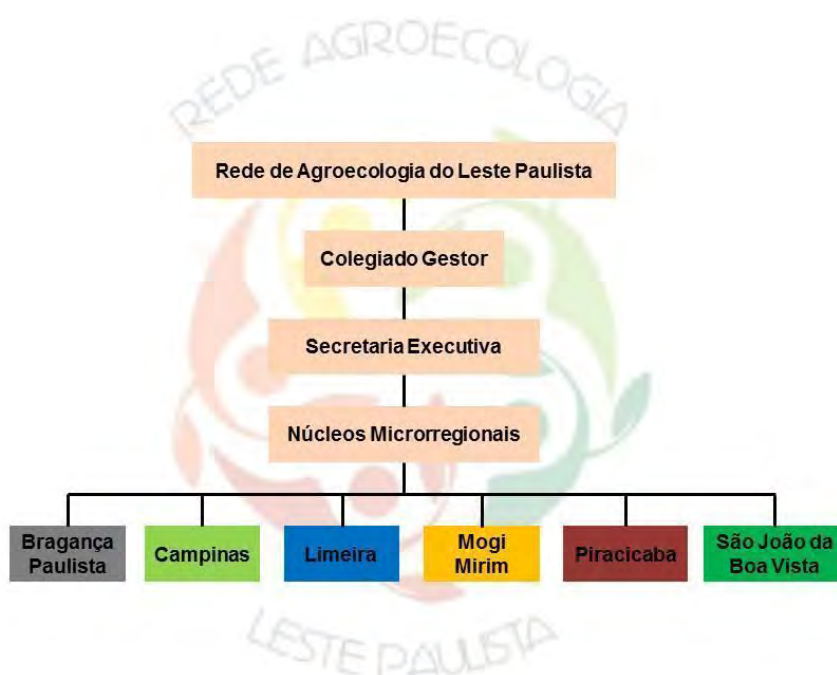


Figura 1.9. Estrutura organizacional da Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

O Colegiado Gestor é a instância deliberativa da Rede de Agroecologia do Leste Paulista, responsável por definir os seus objetivos, tomar decisões gerenciais e contribuir na implementação das diretrizes estabelecidas. Formada pela composição de todos os membros e respectivas entidades que integram a Rede Leste, até fevereiro de 2020 reunia-se a cada três meses em diferentes estabelecimentos rurais considerados exemplares em processos de transição agroecológica. No período da manhã ocorriam os percursos em

campo para conhecer os manejos locais e compartilhar experiências. A tarde era dedicada a um encontro para atualização de informações gerenciais da Rede Leste, às deliberações em temas priorizados e à ratificação de agendas compartilhadas nesse coletivo. Com a pandemia da covid-19 os encontros do colegiado não foram interrompidos: passaram a ocorrer de modo virtual, porém sem periodicidade regular. Ainda assim mantendo o propósito de prospectar demandas e oferecer espaços de interação, dentro dos limites de atividades viáveis no âmbito da internet.

A Secretaria Executiva é a instância consultiva da Rede Leste, em que as pautas e agendas deliberadas pelo colegiado gestor passam a ser planejadas em detalhes, no sentido de auxiliar a execução das demandas prospectadas. Com periodicidade mensal de reuniões, essa frequência foi mantida durante a pandemia da covid-19, ainda que em formato de videoconferências via internet. Dentre as(os) componentes participantes da Secretaria Executiva, integram representantes dos seis núcleos microrregionais de agroecologia: Bragança Paulista, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba e São João da Boa Vista. Portanto, cabe a cada representante de núcleo microrregional debater nos coletivos locais os temas tratados na Secretaria Executiva e a esta levar as demandas das microrregiões, de modo a definir e dar respostas aos temas de maior importância nessas localidades e ao mesmo tempo participar de ações consideradas transversais a toda a Rede Leste.

O aprimoramento da estrutura organizacional da Rede de Agroecologia do Leste Paulista tem permitido o fortalecimento da interação das estruturas centrais de gestão (Colegiado Gestor e Secretaria Executiva) com as instâncias constituídas pelos núcleos microrregionais. Nessas dimensões descentralizadas ocorre o processo de constituição de planos de ação gerenciados por grupos de trabalho temáticos, definidos de forma participativa, em função das demandas microrregionais e gerais da Rede Leste, que atendam prioritariamente às questões de destaque pertinentes à agricultura familiar e à agroecologia.

Portanto, a gradual consolidação da estrutura organizacional da Rede Leste oferece instrumentos de governança na articulação regional e no “enraizamento” da agroecologia nas microrregiões do Leste Paulista, viabilizadas nos projetos submetidos e aprovados em editais da Embrapa, do CNPq, do MDA e da Fundação Banco do Brasil. No período de 2003 a 2022 essas iniciativas ofereceram condições operacionais para mobilizar forças sociais do Leste Paulista, com impactos na consolidação da agroecologia em escalas regionais e microrregionais.

Pensar, portanto, nas características das localidades é essencial para compreender as necessidades das comunidades que nelas habitam e, dessa forma, aproximar-se das políticas públicas que propõem o fortalecimento da agroecologia. Outros detalhes a respeito das estratégias de gestão territorial, assim como as virtudes e desafios enfrentados pela Rede Leste, serão apresentados na sequência dos capítulos.

Abrangência regional e formação territorial da Rede de Agroecologia do Leste Paulista

Conceitos e relações entre rede sociotécnica, região e território

No decorrer da sequência de projetos realizados em apoio à Rede de Agroecologia do Leste Paulista houve crescente entendimento da importância de ampliar o conhecimento sobre as características do meio físico e socioeconômicas do Leste Paulista, como subsídio às etapas posteriores de análise e tomadas de decisões na implementação dos temas prioritários estabelecidos por esse coletivo agroecológico. Compreendeu-se que conhecer esses aspectos do Leste Paulista e de suas respectivas microrregiões constitui procedimento essencial na captação e priorização de demandas, permitindo definir os caminhos a serem percorridos para o envolvimento dos diversos atores sociais inseridos no processo de consolidação da transição agroecológica.

Com a aprovação e implementação do projeto AgroecoLP, foram intensificados os esforços na geração de informações que viabilizassem o reconhecimento dessas características locais, fundamentais na prospecção das demandas relacionadas à agroecologia no Leste Paulista. Para melhor configurar o recorte socioespacial a ser trabalhado, a equipe coordenadora do projeto dedicou-se a analisar questões relacionadas a conceitos de redes sociotécnicas, especialmente em suas dimensões territoriais e regionais, que serão a seguir explicitadas para o entendimento de seus atributos e implicações na caracterização da Rede Leste.

A noção de rede remete às conexões e relações existentes entre os diversos atores sociais de determinado coletivo, que unem-se em torno de uma causa comum. A concepção de território, por sua vez, proporciona a ideia de que essas relações possuem uma dimensão material, concreta. Já o entendimento e o emprego do conceito de região se fazem necessários nesse contexto, tendo em vista que as ações de planejamento e organização em redes sociotécnicas precisam ser implementadas e gerenciadas em bases regionais e microrregionais, de forma prática, tendo em vista o fortalecimento da agroecologia. Ou seja, agir e pensar com os modos de vida e de produção de famílias rurais fazem com que, necessariamente, tenhamos que levar em conta as interações intrínsecas entre sociedade e meio ambiente.

A integração virtuosa entre atores sociais, as suas identidades em causas comuns e contribuições para avanços em aspectos de desenvolvimento regional são desafios que as redes sociotécnicas têm importante contribuição a oferecer. Pode-se dizer que essas relações, as quais nos referimos, são consideradas práticas socioespaciais, sendo a agricultura um dos seus maiores exemplos. Ao cabo, essas práticas (e também as econômicas, políticas, culturais, afetivas, entre outras) estão na essência do movimento agroecológico.

Para compreender, integrar e promover o movimento agroecológico optou-se pela utilização de determinadas categorias analíticas, que nos ajudaram a desvelar a realidade socioespacial e os modelos de agricultura do Leste Paulista. Assim, os conceitos de rede, território e região fizeram parte do referencial teórico adotado no projeto AgroecoLP, a serem devidamente descritos em suas essências.

Ao analisar as contribuições das redes sociotécnicas como ferramentas de pesquisa aplicadas a programas públicos de desenvolvimento rural sustentável no estado de Santa Catarina, Dorigon (1998) assim descreve o conceito de “rede”:

O termo rede é usado como um conceito unificador que engloba todas as formas de relação entre atores, entidades e artefatos, e permite mostrar como o natural e o social estão inter-relacionados e como o mundo é feito e refeito. Para entender esse processo deve-se olhar como as relações entre atores são estabelecidas e compreender como elas são mantidas através do tempo e do espaço. As redes são resultados dessas duas operações simultâneas. São feitas de materiais heterogêneos e os atores nelas envolvidos as usam com o objetivo de controlar e envolver os demais atores. Esses materiais heterogêneos, como tecnologias, textos, entidades naturais, além dos próprios humanos, seriam a “cola” que liga os atores nestas redes (Dorigon, 1998, p. 16).

O conceito de região é polissêmico e passou por diversas definições ao longo da história. Uma delas, advinda da evolução do pensamento geográfico, considera que uma região pode ser associada à localização e extensão de um determinado fato ou fenômeno sobre a superfície da terra, constituindo-lhe um domínio ou regularidade (Gomes, 2000).

Região pode ser definida por meio do reconhecimento da extensão espacial de uma dada característica ou da integração de algumas delas. Assim, podemos classificar o espaço em regiões a partir de alguns critérios, ao delimitar um elemento ou uma característica que assuma uma expressão e semelhança sobre a superfície terrestre.

Tais critérios de delimitação de regiões podem ser objetivos ou subjetivos, baseados em características físicas nitidamente identificáveis ou mesmo em regras e normas socialmente estabelecidas. Como há uma variedade de critérios que podem ser considerados para delimitá-las, há também a possibilidade de que sejam definidas diversas regiões, inclusive sobrepostas umas às outras e mutáveis ao longo do tempo.

O ato de regionalizar consiste em dividir o espaço, delimitar regiões segundo critérios previamente definidos. Uma das vantagens de delimitar regiões é a de criar mecanismos práticos para facilitar o reconhecimento e a gestão territorial. Com esse propósito e visando estabelecer ações do poder público, a divisão regional costuma ser estabelecida segundo uma ação normativa. O estado de São Paulo, por exemplo, apresenta diversas regionalizações

que foram criadas ao longo do tempo, justamente para facilitar o gerenciamento de áreas, o estabelecimento de políticas públicas, o planejamento de ações e intervenções sobre o território oficial, tais como as regiões definidas para os diversos programas sociais, de saúde, agricultura, recursos hídricos, segurança, turismo, entre outros vigentes ou já descontinuados.

O território, por sua vez, é compreendido como “um espaço definido por e a partir de relações de poder” (Souza, 2000, p. 78). A conceituação de território pressupõe que nessa instância existam contradições sociais e conflitos, que nele deve haver necessariamente uma relação de dominação e poder exercida por um ente ou grupo que é reconhecido em sua área de atuação: econômica, socioambiental, política, histórico-cultural, entre outras. O território é constantemente associado à figura de atuação do Estado e de seu papel regulador em escala nacional, estadual ou municipal. Nesse caso, remetendo ao papel do Estado como o gestor de um território que esteja em sua jurisdição (Souza, 2000).

No entanto, o território extrapola a função de um Estado e de suas leis e normas vigentes sobre uma determinada porção do espaço e população. O conceito também pode ser associado a outras escalas e tempos, desde internacionais até locais, de acordo com a categoria de análise da dinâmica territorial com a qual possa considerar como objeto de estudo.

Para a compreensão desse conceito, como relata Souza (2000), será necessário identificar o agente que exerce a dominação ou a influência sobre o espaço analisado e como esse agente atua para manter tal influência e domínio, ou seja, a territorialidade que se estabelece e que justifica a delimitação do território e sua abrangência. Tais análises são realizadas por meio de diagnósticos, a partir de dados coletados em fontes primárias e secundárias, considerando-se necessário compreender amplamente a territorialidade manifestada no espaço e suas contradições.

O conceito de território é acompanhado pela noção de identidade coletiva, sob uma determinada territorialidade. No território pressupõe-se a atuação de pessoas em rede, onde algumas se reconhecem mutuamente e partilham de valores semelhantes e outras que atuam em dissonância com o grupo, em relações de contradição.

As territorialidades podem ser compreendidas em várias esferas temáticas, desde políticas, econômicas, socioculturais ou outras mais subjetivas. Na agricultura pode corresponder, por exemplo, ao domínio exercido pelo agronegócio da cana-de-açúcar ou da soja sobre uma determinada porção do espaço (contínuo ou não), onde existem relações de poder e influências relacionadas aos interesses dessas cadeias produtivas sobre as demais presentes nesse espaço. Isso somente para citar um exemplo de territorialidade relacionada ao tema da agricultura.

A delimitação do território baseada em critérios relacionados ao setor agrícola não ocorre a partir da publicação de normativas, como acontece, por exemplo, com a delimitação do território de abrangência física de um município ou estado. A agricultura passa por mudanças constantes e anuais relacionadas a fatores sociais, econômicos e ambientais. Isso pode ocasionar em uma certa fluidez na delimitação de suas áreas de abrangência ao longo do tempo.

O poder exercido pela agricultura no território se materializa, por exemplo, em políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos setores a ela relacionados ou na existência de infraestrutura que favoreça a realização de algumas atividades produtivas em detrimento de outras. Portanto, a delimitação de um determinado território não é unicamente baseada em critérios objetivos, tal como quando se estabelece à jurisdição de um determinado município em relação a outro, por meio de leis e decretos. Pode ocorrer também a partir de critérios subjetivos, quando a delimitação é relacionada à influência de um grupo de pessoas que representa um determinado segmento da economia, da cultura ou até de uma ideologia, numa relação concorrencial de superposição de poderes entre distintos segmentos sociais.

As regionalizações propostas pelo Governo do Estado de São Paulo e a delimitação da Rede de Agroecologia do Leste Paulista

Dentre as regionalizações reconhecidas na governança administrativa do estado de São Paulo, existem aquelas orientadas aos programas e ações do âmbito da agricultura. Os órgãos públicos utilizam tais regionalizações para planejar suas atividades, considerando os diferentes territórios e territorialidades existentes no nível estadual. A Rede de Agroecologia do Leste Paulista adotou o termo “Leste Paulista” em sua designação, inspirando-se na nomenclatura utilizada por duas instituições participantes do coletivo na designação de algumas das suas instâncias administrativas regionais: a Agência Paulista de Tecnologias dos Agronegócios (Apta) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação Itesp).

A abrangência de cada uma das regiões pode ser verificada na Figura 1.10, sendo possível observar a denominação “Leste Paulista” para designar algumas das divisões administrativas dessas instituições. As duas entidades públicas atuam em todo o território paulista, tendo competências para a proposição e implementação de políticas públicas referenciadas nas suas missões institucionais. Ambas contam com escritórios regionais onde as ações são direcionadas aos seus públicos-alvo, a porção do estado de São Paulo denominada pela Apta como “Polo Regional Leste Paulista” e pela Fundação Itesp, como “Coordenação Regional Leste” (Figura 1.10).

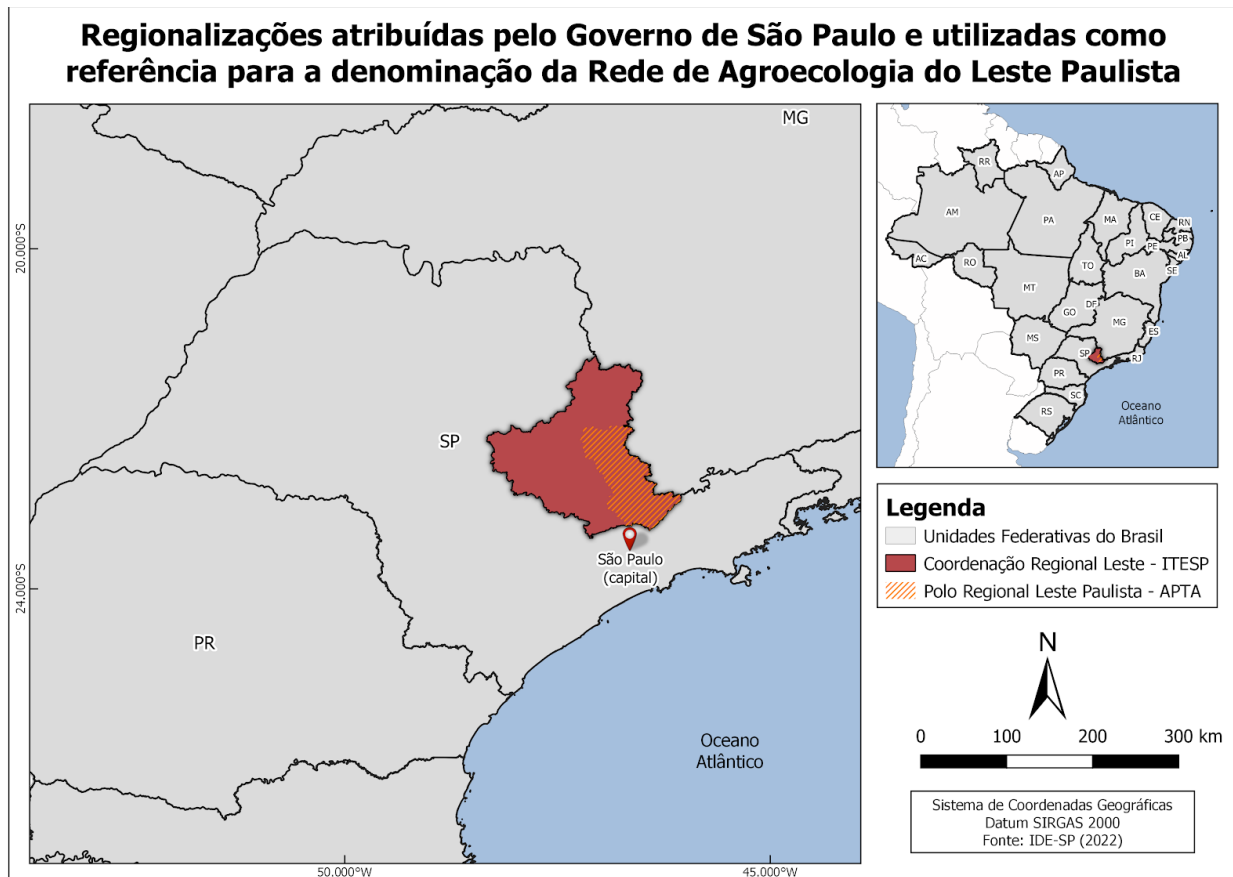


Figura 1.10. Área de atuação do Polo Regional Leste Paulista (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - Apta) e da Coordenação Regional Leste (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Itesp): regionalizações utilizadas como referência para a denominação da Rede Leste Paulista. Fonte: São Paulo (2022).

O desafio de identificar a área de abrangência ideal da Rede de Agroecologia do Leste Paulista e realizar a sua regionalização, sempre foi um tema recorrente entre os membros desse coletivo, desde a sua criação. Alguns questionamentos foram lançados ao longo do tempo nesse sentido como, por exemplo, se os trabalhos desenvolvidos pelo grupo possuíam uma identidade regional; se havia características que fundamentassem a abrangência da Rede Leste como uma região, considerando os desafios e interesses do coletivo; e se haveria limites geográficos claramente estabelecidos para as ações e atividades realizadas pelo grupo.

Além de questionamentos quanto à delimitação da região de abrangência em si, também havia dúvidas relacionadas ao próprio reconhecimento da Rede como constituinte de um território. Sendo tal conceito uma categoria do espaço geográfico associada às relações de poder e influência, a Rede Leste Paulista poderia ser considerada como um território da agroecologia?

A necessidade de estabelecer uma área geográfica/socioespacial de atuação para a Rede tem relação com a consolidação da agroecologia, com a expansão e projeção de ações

de transição agroecológica nos municípios da porção Leste do estado de São Paulo. Entende-se que a ampliação do campo de ação da agroecologia no Leste Paulista pode ser potencializada a partir do compartilhamento e do reconhecimento das experiências que estão em andamento no espaço geográfico delimitado para, a partir de então, analisá-las enquanto mobilizações que ocorrem em um ou mais territórios sobrepostos.

A Rede de Agroecologia do Leste Paulista desenvolve ações para que estas experiências estejam articuladas numa rede de relações. E é nesse sentido que os membros desse coletivo têm se esforçado para conectar pessoas, trocar e compartilhar saberes e conhecimentos, no exercício constante de se repensar e de se relacionar com outras redes e outros coletivos que estejam alinhados a propósitos semelhantes.

A delimitação da Rede Leste e a consequente identificação de sua abrangência são necessárias para direcionar os esforços do coletivo, planejar e executar ações, viabilizar a resolução de questões urgentes nos processos de transição e consolidação da agroecologia, considerando o entendimento dos diferentes territórios que a compõem e das demandas da agricultura familiar relacionadas à transição agroecológica. De forma complementar, a delimitação também contribui para facilitar a comunicação dos membros da rede e também com outros públicos, na importante atribuição de expandir e fortalecer a rede de cooperação com outros atores, que têm interesse em conectar-se à Rede Leste.

O esforço de refletir e de (re)conhecer a área de abrangência da Rede Leste enquanto região e território da Agroecologia resultou em uma grande oportunidade ao coletivo, na busca por referências que permitissem um melhor entendimento sobre as principais transformações ocorridas no espaço ao longo do tempo e de como a agroecologia se insere atualmente nesse contexto. Levantar os aspectos relacionados à formação da paisagem natural e de seus povos originários, conhecer os principais acontecimentos históricos que ocorreram ao longo dos ciclos econômicos pelos quais a região passou e realizar um diagnóstico socioambiental baseado em dados primários e secundários são essenciais nesse processo de reconhecimento e na compreensão de como a agroecologia se materializa no território, se configura e contribui para transformá-lo. Tal diagnóstico é um pré-requisito para que se possa identificar as principais demandas da agricultura familiar, visando manter ou fortalecer a agroecologia ou atuar em processos de transição agroecológica.

Projeto AgroecoLP: contribuições para o fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar no Leste Paulista

O projeto AgroecoLP teve como objetivo central identificar, sistematizar e priorizar demandas de pesquisa, ensino e de extensão rural, de modo a implementar ações de gestão territorial e de socialização de conhecimentos tecnológicos para promover a transição agroecológica,

o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável nos municípios que compõem a Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

No intuito de alcançar este objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Capacitar a equipe e os parceiros institucionais do projeto em temas estratégicos, como o diagnóstico de sistemas de produção de base ecológica e o monitoramento de indicadores de sustentabilidade, necessários para traçar ações de pesquisa, ensino e de extensão rural apropriadas à transição agroecológica.
- Organizar uma base de dados secundários georreferenciados com destaque para aspectos do meio físico, socioeconômicos e da produção agropecuária e de indicadores capazes de apontar potenciais dificuldades e demandas da agricultura familiar agroecológica.
- Confirmar e complementar o levantamento de dificuldades e demandas prospectadas na etapa anterior e caracterizar os principais sistemas de produção incidentes na região, capazes de apontar alternativas para superá-las.
- Constituir, consolidar e fortalecer Urtas que, além de possibilitarem o monitoramento e avaliação destas iniciativas exitosas, atuassem como espaços de intercâmbio de conhecimentos para os sistemas de produção predominantes e dos temas prioritários identificados para a transição agroecológica da agricultura familiar.
- Organizar e disponibilizar informações sistematizadas sobre os diagnósticos e monitoramentos realizados nessas Urtas e demais experiências, para que venham a ser devidamente conhecidas e incorporadas às agendas locais, junto ao público prioritário e à sociedade em geral.
- Fortalecer a estrutura de gestão da Rede a partir da consolidação da Secretaria Executiva e da descentralização por meio dos seus Núcleos Microrregionais.
- Validar uma metodologia de prospecção de demandas voltada ao fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar, em bases territoriais.

A adaptação e o desenvolvimento da metodologia de prospecção de demandas em bases territoriais são algumas das principais contribuições geradas pela equipe do projeto AgroecoLP, aplicável à própria Rede Leste e também em apoio à gestão de outras redes de agroecologia. A partir da aplicação da metodologia é possível realizar uma sequência de procedimentos que visam identificar demandas relacionadas à transição agroecológica. Os temas prioritários tanto podem direcionar ações de pesquisa, ensino e extensão rural, como também fornecer subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas de apoio à agricultura familiar agroecológica.

O tema da prospecção de demandas ganhou repercussão crescente nas agências públicas de desenvolvimento, tendo em vista a necessidade de garantir que os rumos institucionais, os seus processos e resultados estivessem alinhados aos anseios prioritários da sociedade.

Nos setores vinculados à Ciência e Tecnologia, tanto mais essa premissa é fundamental, de modo a permitir que os conhecimentos gerados e compartilhados venham efetivamente a promover o desenvolvimento regional e nacional.

As instituições públicas de pesquisa agropecuária destinam esforços crescentes na prospecção de demandas em escalas territoriais, no sentido de orientar as ações organizacionais e integradas a outras entidades vinculadas a processos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e de Transferência de Tecnologia (TT). Observa-se, na Embrapa, linhas de pesquisas com enfoque na prospecção de demandas territoriais (Nascimento, 2011), que possibilitem ampliar a consistência das iniciativas institucionais com enfoque no desenvolvimento rural.

Especialmente a partir dos anos 90, os órgãos de gestão estratégica da Embrapa passam a manifestar sistematicamente a importância de incorporar o tema da prospecção de demandas em suas prioridades institucionais. Ainda assim, pouco se podia observar em termos de avanços concretos no cotidiano organizacional, no aspecto da prospecção e do planejamento referenciado em demandas de pesquisa. Esse cenário pôde ser constatado em diversos estudos, da comprovação da carência de ações de caráter prospectivo, seja individualmente em suas Unidades Descentralizadas, seja de modo integrado entre Unidades de Pesquisa da Embrapa. Os resultados desses trabalhos mostram que ainda se faz necessário promover avanços, de uma cultura institucional ofertista de tecnologias para o enfoque de atendimento às demandas regionais. Que supere o modelo linear difusionista e permita avançar para modelos circulares em que os processos têm início, implementação e término, contando com a participação da sociedade.

A percepção da pertinência da prospecção de demandas conduziu a gestão da Embrapa a considerar a importância dessa dimensão em suas diretrizes institucionais e acolher essas perspectivas em seus editais de projetos em P&D e TT. Esses enfoques organizacionais têm estimulado a realização de estudos e validações de processos, de inovação e qualificação das atividades relacionadas à geração e disseminação de tecnologias e conhecimentos, especialmente no enfoque em desenvolvimento de territórios rurais. Tais abordagens conduzem, necessariamente, a uma perspectiva participativa (Sen, 2000), pois a interatividade com a comunidade tem papel constitutivo, viabilizador, imprescindível para o alcance do conceito de “desenvolvimento” em suas diversas escalas, em toda a sua plenitude. De acordo com Petersen (1999), o senso de coesão social é determinante, num processo negociado permanentemente entre os atores sociais, que condiciona o desenvolvimento participativo local. Podemos considerar os seguintes atributos da abordagem territorial do desenvolvimento rural:

[...] transforma-se numa estratégia de planejamento e de gestão do desenvolvimento, adotando outros fundamentos necessários à qualificação dos seus processos: a sustentabilidade, a participação, a autogenia, a gestão social, o desenvolvimento de competências e a renovação de institucionalidades capazes de representar a pluralidade dos segmentos sociais existentes (Guimarães, 2011, p. 41).

Iniciativas em prospecção de demandas podem ser observadas em estudos realizados por profissionais da Embrapa ao longo do tempo. Exemplos nesse sentido podem ser verificados na Embrapa Meio Ambiente (Quirino; Irias, 1998; Quirino et al., 1999), com utilização de referenciais teórico-metodológicos e apresentação de resultados com potencial de aplicação na própria Unidade e de articulação com outras Unidades da Embrapa na realização de trabalhos em parceria, na interface agricultura, meio ambiente e sociedade.

A partir dos referenciais metodológicos identificados pela equipe do projeto AgroecoLP, foram realizadas adaptações e definidas etapas processuais, que permitissem atender aos objetivos propostos. A síntese do trabalho realizado entre os anos 2018 e 2022 poderá ser consultada e conhecida nesta publicação.

Este capítulo procurou abordar as bases de referências conceituais e o contexto de formação da Rede de Agroecologia do Leste Paulista, enfatizando a importância dos principais projetos que contribuíram no avanço de questões de interesse do coletivo. Ainda foram trazidos elementos necessários à delimitação da área de abrangência da Rede, a partir do estabelecimento de critérios para sua definição e finalizou com indicações das contribuições do projeto AgroecoLP para orientar ações de prospecção de demandas dos agricultores familiares da Rede, tendo em vista ao fortalecimento da transição agroecológica.

No próximo capítulo serão abordados detalhadamente os aspectos metodológicos imprescindíveis para a definição da prospecção de demandas territoriais utilizados pela equipe no embasamento das ações da Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

Referências

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. 23 p. Disponível em: <http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 15 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). **Diário Oficial da União**, 21 ago. 2012. Retificado em 22 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 26 jan. 2021.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. **Brasil agroecológico: plano nacional de agroecologia e produção orgânica: Planapo 2016-2019**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2019. 89 p. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. **Plano nacional de agroecologia e produção orgânica**: Planapo. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. 92 p. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/11/planapo-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-planapo.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n.1, p. 16-37, jan./mar. 2000.
- CORRALES, F. M.; URCHEI, M. A.; CAMARGO, R. C. R.; MALAGODI-BRAGA, K. S. Ações de agroecologia no Leste Paulista. In: CANUTO, J. C.; URCHEI, M. A. (ed.). **Trajatória das ações em agroecologia na Embrapa Meio Ambiente**. Brasília, DF: Embrapa, 2018. p. 27-48.
- DORIGON, C. Redes sociotécnicas como ferramentas de pesquisa. **Agropecuária Catarinense**, v. 11, n. 4, p. 15-18, dez. 1998.
- FAO. Agroecology Knowledge Hub. **Agroecology and the sustainable development goals (SDGs)**. Disponível em: <https://www.fao.org/agroecology/overview/agroecology-and-the-sustainable-development-goals/en>. Acesso em: 19 out. 2021.
- FIORI, D. Agricultura familiar no estado de São Paulo: caracterização e problemas. **Nexos Econômicos - CME-UFBA**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2016.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL; BNDES. **Edital de seleção pública nº 2014/005 - Redes ECOFORTE**: seleção pública de projetos de Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica. Brasília, DF, 2014. 12 p. Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/menu-2-mobile/editais-de-selecoes-publicas-mobile/conteudo/edital-de-selecao-publica-n-2014-005-redes-ecoforte>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.
- GUIMARÃES, M. D. A. Desenvolvimento de territórios rurais no Brasil: uma estratégia inovadora para o desenvolvimento rural sustentável. In: NASCIMENTO, P. P.; SICOLI, A. H.; MARTINS, M. A. G.; BALSADI, O. V.; SILVA JÚNIOR, C. D. (ed.). **Inovações em desenvolvimento territorial: novos desafios para a Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. p. 27-62.
- MARCO referencial em agroecologia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.
- NASCIMENTO, P. P. **Inovações em desenvolvimento territorial: novos desafios para a Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 424 p.
- PETERSEN, P. A. A paisagem social e as abordagens participativas. In: PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999. p. 85-87.
- PETERSEN, P. A. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168 p.
- QUIRINO, T. R.; IRIAS, L. J. M. Globalização, agricultura e degradação ambiental no Brasil: perspectivas para pesquisa e para políticas agropecuárias. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 89-120, 1998.
- QUIRINO, T. R.; IRIAS, L. J. M.; WRIGHT, J. T. C. **Impacto agroambiental: perspectivas, problemas e prioridades**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999. v. 1. 184 p.

SCHMITT, C. J.; PORTO, S. I.; LOPES, H. R.; LONDRES, F.; MONTEIRO, D.; PETERSEN, P.; SILVEIRA, I. (org.). **Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios**: aprendizados do Programa Ecoforte. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2020. 304 p.

SÃO PAULO (Estado). Infraestrutura de dados espaciais do estado de São Paulo. **Regionais de atuação da Fundação Itesp**: coordenação regional leste. Disponível em: <http://www.idesp.sp.gov.br/Visualizador>. Acesso em: 5 jan. 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 411 p.

SOUZA, M. L. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 21, p. 42-61, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 21 out. 2021.